

POLÍTICA CULTURAL

INTERVENÇÃO

acção cultural e ideológica

João Martins Pereira*

Este texto insere-se, de algum modo, como charneira entre dois trabalhos publicados no último número de «Intervenção» — o de Manuela Silva e o de Luís Martins.

No primeiro deles, as noções de cultura e ideologia aparecem confundidas, ao ponto de não se ter julgado necessário enunciar as próprias palavras «ideologia» ou «ideológico», se bem que, por vezes, se esteja à falar de coisas que têm muito a ver com o que por isso, correntemente, se entende. O segundo, ocupa-se explicitamente da «ideologia fascista», mas associa sempre «cultura e ideologia», embora o seu ponto de partida seja o reconhecimento de que convém, na prática, fazer uma certa distinção.

É certo que, em trabalhos teóricos, esta identificação é corrente com o conceito alargado de cultura de raiz antropológica. cremos, no entanto, que quando se abordam questões próximas de uma prática de «acção cultural», é bom não ficarmos por aqui. Porque, se se entende que cultura e ideologia são rigorosamente o mesmo, por que não seriam sinónimos «acção cultural» e «acção ideológica»? Ora, muitos hesitarão em aceitar a identidade destas expressões. Mais facilmente a aceitaremos nós, e vamos ver porquê.

Do ponto de vista de uma *intervenção*, parece-nos útil postular que as «manifestações culturais» — no sentido lato: música, artes dramáticas, dança, poesia, escultura, etc., etc. *mas também* costumes, comportamentos, culinária, etc. — são expressão de um conjunto de noções básicas e de valores, de uma concepção do «modo de viver em sociedade» que podemos designar como uma «ideologia».

Sucede que, em meios rurais pouco alfabetizados (mas também, com frequência, em meios rurais com nível educacional aceitável e mesmo, mais do que se pensa, nos meios urbanos e industriais) essa ideologia não é *conscientemente* formulada: ela só é detectável indirectamente, através das referidas manifestações culturais.

É aqui que surge a grande dificuldade da «acção cultural». Com efeito, o animador cultural, ele, é quase sempre portador de uma ideologia *consciente*, que é capaz de formular e lhe determina a acção, para além de dispor (ou julgar que dispõe), geralmente, da capacidade de identificar os suportes ideológicos do comportamento daqueles a quem essa acção se dirige. O encontro do animador com as populações situa-se ao nível das «manifestações culturais», mas a assimetria ao nível da «ideologia» — consciente e actuante, num caso; inconsciente, no outro — pode criar graves problemas de relacionamento e de diálogo. Nos referidos artigos, os seus autores mostram conhecer esta questão (mais explicitamente o segundo), mas a não distinção daqueles dois níveis e da decorrente assimetria torna difícil o seu aprofundamento.

Tentando ir um pouco mais longe, na mesma direcção, vejamos um exemplo concreto.

O animador cultural, estando consciente (ou julgando estar) de um conjunto de conceitos e de ideias, no quadro das quais irá situar a sua acção, tende normalmente a privilegiar o «conteúdo» relativamente à «forma»: por um lado, dirige preferencialmente essa acção para actividades «com conteúdo» — muitas vezes confundido com «texto» — como sejam o teatro ou o canto coral, p. ex., com menosprezo daquelas em que, no seu entender, predomina a «forma»: a dança, a música, a escultura/cerâmica, a tecelagem, as mais diversas expressões do que é comum designar por artesanato; por outro, e naturalmente, no campo das primeiras, tende a ser muito mais exigente no «conteúdo» do discurso que na «forma», por que se organiza e se exprime. Em contrapartida, as populações a quem se destina a acção do animador, menos capazes de uma articulação imediata entre um discurso e a sua própria «concepção de vida», preocupam-se, geralmente, menos com o «conteúdo» e privilegiam as «formas» de expressão.

O que pode resultar daqui? Por exemplo: que, na melhor das intenções, um animador promova a representação de uma peça de teatro cujo conteúdo considera altamente progressista, mas cuja forma por que foi realizada, terá sido extremamente «reaccionária». Expliquemo-nos: uma população que tem muito radicados valores de «hierarquia social», de «autoridade», de respeito pelos que «sabem mais», etc., e que não se preocupa em avaliar se um texto que lhe é proposto é ou não coerente com valores que não sabe formular, não verá inconveniente em representar/assistir a um espectáculo teatral de «conteúdo» eventualmente contraditório com esses valores, enquanto que os recém-actores acharão naturalíssimo que seja o animador-letrado a dizer o que cada um *tem de fazer* e *como o tem de fazer*, coisa a que sempre foram habituados. Em tal caso, a actuação do animador terá sido simplesmente nula, no sentido em que não contribuiu minimamente para qualquer «alteração do *statu quo*». Na realidade, o conteúdo eventualmente progressista não exerce nenhum efeito, dado que não é a esse nível, que nesse meio, o essencial das «mensagens» são recebidas. Em contrapartida, ao nível a que se situa a sensibilidade social, o do «modo» de fazer, em que se poderia tirar partido do sentido colectivo, que é frequente em tais grupos sociais, de forma a despertar uma libertação da criatividade — essa *sempre* progressista, qualquer que seja o «conteúdo» —, a esse nível manteve-se a distribuição tradicional dos papéis: a *autoridade* e os que obedecem sem discutir.

Outro aspecto relacionado com a questão da ideologia é o que se refere ao *tempo*.

Consciente das «ideias justas», o animador tenderá a ser voluntarista, a pretender ser rápido na sua sua acção. Mas confronta-se com um meio cuja

ideologia, latente, se foi elaborando/transformando ao longo de um tempo histórico indeterminado, meio que resiste (salvo em situações excepcionais) às mudanças bruscas. Isto, sem falar na confrontação das noções de tempo que derivam do próprio «processo de trabalho», isto, em particular, quando a «acção cultural» se desenvolve em meio rural: é o ritmo urbano/industrial que faz parte (talvez inconscientemente neste caso) da ideologia do animador-cidadino que se opõe ao ritmo do processo de trabalho do campo, o ritmo do «sol e das estações que impregna os comportamentos rurais». O animador só vencerá este obstáculo se for capaz de uma visão estratégica, a prazo, se a sua unidade de tempo se aproximar mais de «geração» do que do «mês».

É altura de voltar ao princípio. Dir-me-ão que, ao preocupar-me com a *eficácia* da «acção cultural» tendo em vista o objectivo — porque é esse o objectivo — de transformar a ideologia subjacente às «manifestações culturais», sou eu que estou a propor que a «acção cultural» seja de facto «acção ideológica», ou seja, em última análise, que sou eu que estou a identificar cultura e ideologia.

Ora, é justamente isso. Não há acção cultural que não seja ideológica, logo, política também. O que eu pretendia dizer no princípio deste artigo é que há que estar consciente disso e não ter receio das palavras. Falar da «acção cultural» evitando cuidadosamente falar de «ideologia», ou falar de «cultura e ideologia» mantendo incólume a expressão «acção cultural» — é isso que me parece ser uma certa fuga ao facto de que a cultura e ideologia estão, na realidade, intimamente associadas e que não tem sentido admitir a possibilidade de uma «acção cultural ideologicamente neutra». A distinção que fizemos entre o nível (cultural) das «manifestações» e o nível (ideológico) das ideias fundamentais foi apenas uma «simplificação didáctica», que serviu para pôr em evidência a assimetria de situações entre animador

e populações, e bem assim, as consequências daí decorrentes.

Dito isto, é possível que alguns observem que, mesmo assim, não fui suficientemente longe. Que falei de «ideologia», mas não de «ideologias», de classes. É óbvio que não se deverá interpretar o que ficou escrito como havendo a *ideologia* dos animadores face à *ideologia* das populações no seio das quais trabalham. Limitei-me ao «caso típico», por isso mesmo redutor, do animador «progressista» no seio de uma população impregnada de ideologia «conservadora». Mas não ignoro que, no limite, até se possa verificar a situação inversa. Sobretudo, não ignoro que a «efectivação» das ideologias é uma simplificação por vezes perigosa de uma questão muito mais complexa, que tem naturalmente que ver com as classes e com as relações classes/ideologias, bem mais intrincadas do que por vezes se supõe. Só que isto seria matéria para outro artigo.

Apenas uma última nota, a propósito das fases excepcionais da receptividade ideológica/cultural. Também isto daria pano para mangas, pelo que me limito a assinalar o facto de que determinados períodos históricos, a *prática* colectiva proporciona uma excepcional abertura à evolução acelerada de ideologias aparentemente «petrificadas». O facto, em si, parece-me incontroverso. Sucede, porém, que as *regras* do «confronto» a que acima nos referimos, essas permanecem as mesmas.

Em Portugal, muitos não o terão compreendido, e daí que, num período particularmente estimulante e com um imenso potencial de transformação social, esse confronto, inevitável, tenha, na realidade, sido «agressão».

* Autor de várias obras de que se destacam: «Pensar Portugal hoje», «Indústria, Ideologia e Quotidiano», «O Socialismo, a transição e o caso português», foi director da *Gazeta da Semana*.

